

Saúde e operacionalidade nos Estudos de Defesa e Ciências Militares

Angela Nogueira Neves 

Exército Brasileiro. Escola de Educação Física do Exército.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
angelanneves@gmail.com

Samir Ezequiel da Rosa 

Exército Brasileiro. Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
samirdarosa@hotmail.com

Recebido: 26 maio 2023

Aprovado: 30 maio 2023

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



O envolvimento das Forças Armadas brasileiras em operações de guerra e/ou paz pode ser atribuído aos desenvolvimentos econômicos, sociais e políticos que foram observados em muitas nações ao longo dos séculos XX e XXI. Desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) participou do conflito, houve profundas alterações na política, nas estratégias e na caracterização dos conflitos. Mesmo com essas grandes mudanças, há um componente perene: os militares empregados no terreno. A eles, os estudos acadêmicos de paz e guerra têm relegado, em nosso país, um espaço de menor prestígio.

A abordagem acadêmica na área de estudos de defesa no Brasil tem origem na década de 1990, quando cientistas sociais começaram a problematizar a área, buscando compreender as transformações nos contextos políticos nacionais e internacionais no mundo em mudança. Esse início tem uma forte conexão com as ciências políticas e as relações internacionais (MARQUES; FUCCILLE, 2015), o que explica o fato dos pareceres nº 1.295/2001 (BRASIL, 2001) e nº 147/2017 (BRASIL, 2017) colocarem as ciências militares e a defesa, respectivamente, no rol das ciências estudadas no país junto às ciências políticas e relações internacionais. No entanto, reflexões epistemológicas mais recentes reconhecem que os estudos sobre paz e sobre guerra, notadamente pertencentes à área de defesa, podem ser organizados em estruturas de conhecimento em rede, às quais pertencem os estudos dos materiais bélicos; na tecnologia, e componentes militares; na administração e logística (MEDEIROS, 2015). Além disso, é apontado que:

A partir destes elementos, podemos também destacar outro ponto de intersecção possível a partir da guerra, ligados aos processos. Vigem processos do ponto de vista administrativo e logístico, mas também aqueles relacionados à formação de recursos humanos, em treinamento, capacitação, formação. Reverberam neste campo setores do conhecimento ligados à educação, à pedagogia ou à andragogia.

Mas também são a este campo limítrofes os da psicologia e medicina, dotados pelas necessidades da guerra, dos limites físicos e psicológicos humanos. A estes campos associam-se os da sociologia, no que tange os conflitos causados por decisões sempre humanas, assim como as novas faces do exercício da defesa, em setores sociais e de apoio ao Estado (MEDEIROS, 2015, p. 48, grifo nosso).

Especificamente, quanto às ciências militares, a portaria nº 734/2010 define-as como um “sistema de conhecimentos relativos à arte bélica, obtido mediante pesquisa científica, práticas na esfera militar, experiência e observação dos fenômenos das guerras e dos conflitos” (BRASIL, 2010), subordinadas à grande área do conhecimento de defesa. Junto a isso, são fixadas 36 áreas de estudos, incluindo saúde, instrução militar, recursos humanos, operações militares e educação física. Por fim, ressalta-se que:

a pesquisa e o estudo das Ciências Militares no Exército Brasileiro tenham por finalidades a formulação da Doutrina Militar Terrestre, o avanço do conhecimento em Defesa e a preparação de líderes militares, de pesquisadores, de planejadores e de gestores dos recursos colocados à disposição da Instituição para o cumprimento de sua missão constitucional, em tempo de paz e de guerra (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Revisitando a definição dos estudos de defesa e ciências militares para uma reflexão acerca de seu escopo, argumentamos que os temas de pesquisa nessas áreas não se encerram na grande política, geopolítica, logística, economia de defesa e afins, conforme é abordado tradicionalmente no Brasil. Com efeito, um levantamento na literatura ratifica esse argumento, já que há, no cenário internacional, substancial produção científica nas áreas de defesa e ciências militares, seja no âmbito das dimensões táticas, seja das dimensões operacionais.

Especificamente no que concerne os temas de saúde e operacionalidade de militares, estão catalogados 40.065¹ artigos, livros, capítulos de livros e resumos de congressos na plataforma Scopus², em um crescimento contínuo desde 1943 – data das duas primeiras publicações acerca do tema –, que se mostra mais acentuado a partir de 2001 (Figura 1).

As revistas que mais publicam artigos científicos sobre os temas são justamente as revistas militares, sendo também órgãos militares os maiores financiadores de pesquisas acerca das temáticas de saúde e de operacionalidade. De igual forma, os pesquisadores são filiados, em sua grande maioria, às organizações militares (Figura 2, 3 e 4). Logo, é difícil não inferir que os temas são de interesse das Forças Armadas, de pesquisadores militares ou de instituições militares, sendo então legítimos a esse contexto.

Observa-se uma predominância marcante dos institutos, organizações, revistas e patrocinadores norte-americanos na produção epistemológica. Por sua vez, a participação brasileira tem

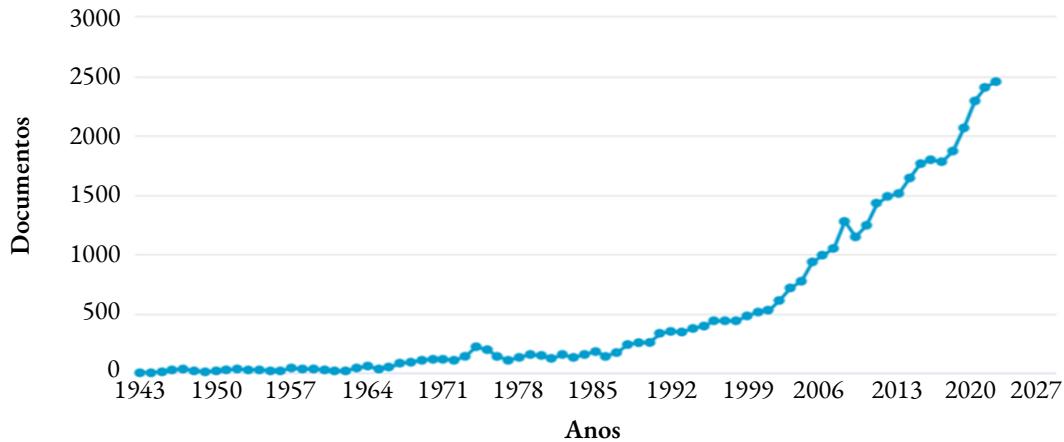
1 Levantamento feito em 22 de maio de 2023.

2 Scopus é uma base de busca multidisciplinar que indexa cinco mil editoras e mais de 25 mil revistas científicas, livros e capítulos, revisão, notas, cartas e conferências oriundos das ciências humanas, ciências da saúde, ciências da terra, ciências biológicas e ciências exatas. Cf.: <https://www.elsevier.com/?a=69451>

se mostrado mínima, com 242 produções científicas no período indicado (1943-2022), representando aproximadamente 0,60% da publicação mundial.

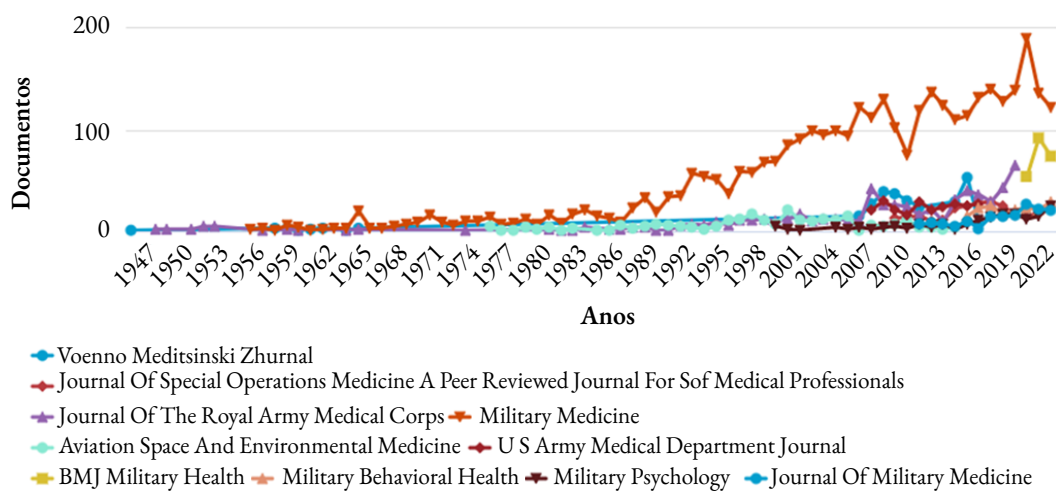
Não se ignora que a abordagem e as características da atual produção acadêmica brasileira derivam, em larga medida, do direcionamento dos cursos de pós-graduação vocacionados aos estudos de defesa e ciências militares – em quase sua totalidade vinculados à área 39 (ciência política e relações internacionais) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). De todos os cursos e programas existentes em universidades civis ou de instituições de ensino militares, apenas um foge à regra de estudar questões militares na perspectiva político-estratégica, direcionando sua atenção ao desempenho humano operacional e estando vinculada à área 21 da Capes (Educação Física). Não há crítica nessa observação, é um fato.

Figura 1 – Documentos científicos publicados por ano a partir de 1943



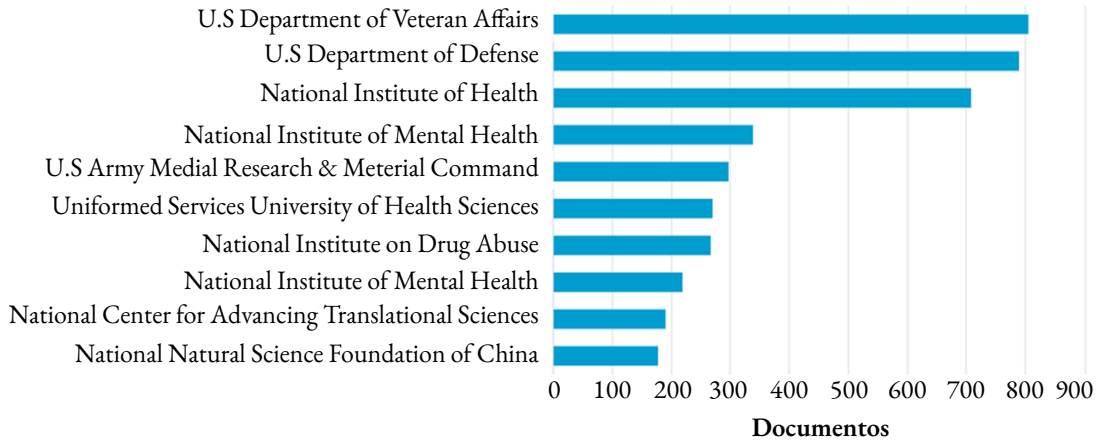
Fonte: Scopus, 2023

Figura 2 – As dez revistas que mais publicam artigos de pesquisa sobre a temática



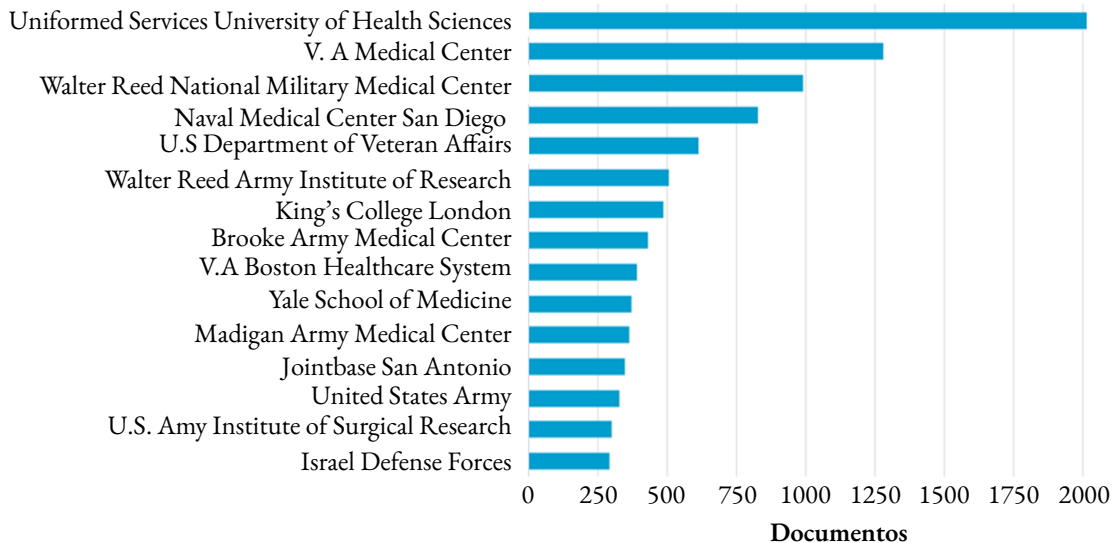
Fonte: Scopus, 2023

Figura 3 – Número de documentos por patrocinador (15 maiores patrocinadores de pesquisa sobre a temática)



Fonte: Scopus, 2023

Figura 4 – As 15 instituições/organizações que mais publicam sobre a temática



Fonte: Scopus, 2023

Se a pesquisa brasileira em ciências militares e estudos em defesa passar a adotar tanto a perspectiva *bottom-up* quanto *top-down* para compreender, analisar e sugerir modificações na política, na estratégia, no preparo e no emprego da tropa, há uma possibilidade, com isso, de ampliar o intercâmbio entre os pesquisadores vocacionados aos temas legitimamente pertinentes à área. As recentes mudanças ocorridas pela pandemia da covid-19 na área da ciência evidenciaram que a união de pesquisadores de diferentes formações pode trazer grandes avanços em menor tempo. Esse movimento por si só poderia ser um impulso em nossa produção nacional, e poderia fortalecer as revistas militares para a área de defesa (FRANCHI, 2021).

A criação deste número especial foi um movimento nesse sentido, isto é, de chamada à integração das perspectivas em estudos de defesa e ciências militares. Buscou-se, portanto, apresentar aos leitores da *Coleção Meira Mattos* outros temas que estão em debate e que são pertinentes às ciências militares.

Por fim, ressaltamos que não se pode perder de vista, sobretudo no estudo das ciências militares e defesa, a dimensão humana do ambiente operacional, já que isso desconsideraria parte relevante dos agentes responsáveis pelas tomadas de decisões estratégicas e políticas. Logo, é preciso trazer a dimensão humana para o escopo da pesquisa para que, durante o planejamento e condução das operações militares, todos os níveis – político, estratégico, operacional e tático – estejam interconectados, gerando um quadro de informações mais precisas para as tomadas de decisão. No limite, se não se conhece a tropa, não se pode empregá-la bem e, portanto, não se alcançam os melhores resultados no processo de asseguramento da soberania e da presença efetiva do Estado em território nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 1295, de 6 novembro de 2001**. Estabelece normas relativas à admissão de equivalência de estudos e inclusão das Ciências Militares no rol das ciências estudadas no país. Câmara de Educação Superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_pces129501.pdf?query=EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL. Acesso em: 26 maio 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Portaria nº 734, de 19 agosto de 2010**. Conceitua Ciências Militares, estabelece a sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2010. Disponível em: https://www.decex.eb.mil.br/port_/leg_ensino/2_educacao_eb-decex/29_port_734_CmtEB_19Ago2010_ConcCienciasMil.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer nº 147, de 4 de abril de 2017**. Inserção da Defesa no rol das ciências estudadas no Brasil. Brasília, DF: Ministério da Educação, 20017. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN1472017.pdf?query=Brasil. Acesso em: 26 maio 2023.

FRANCHI, T. A necessidade do fortalecimento dos periódicos científicos da área de Defesa. **Coleção Meira Mattos**: Revista das Ciências Militares, Rio de Janeiro, v. 15, n. 52, p. 5-7, 2021. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/6891/5955>. Acesso em: 26 maio 2023.

MARQUES, A. A.; FUCCILLE, A. Ensino e pesquisa em Defesa no Brasil: estruturação do campo e desafios. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [s. l], v. 2, n. 2, p. 57-73, 2015. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/64674/37655>. Acesso em: 26 maio 2023.

MEDEIROS, S. E. Da Epistemologia dos Estudos de Defesa e os seus Campos Híbridos. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [s. l], v. 2, n. 2, p. 43-55, 2015. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/63034/37660>. Acesso em: 26 maio 2023.